

SOLETRAS

REVISTA DE ARTE & CULTURA

Editor: Dany Wambire * Beira * Ano XII * 2025 * 65ª edição * E-mail: revistasoletras@gmail.com

BIMESTRAL



Chandeigne & Lima investe na edição de autores moçambicanos em França

UEM e CEsa projectam literatura moçambicana no estrangeiro

Página 7

"Narração nocturna" transforma 'Camões' numa noite de tertúlias em Maputo

Página 11

Literatura Moçambicana como instrumento de reivindicação da ordem vigente em Moçambique

Página 21

Índice de Conteúdos



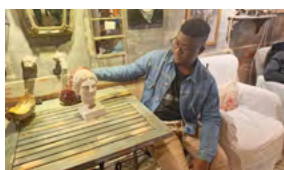
05. Chandeigne & Lima investe na edição de autores moçambicanos em França



07. UEM e CEsa projectam literatura moçambicana no estrangeiro



11. "Narração nocturna" transforma 'Camões' numa noite de tertúlias em Maputo



14. "Escadaria de cadáveres": Albert Dalela lança romance policial pela Fundza



17. O mundo está a padecer de esquecimento e a literatura está para lembrar



21. Literatura Moçambicana como instrumento de reivindicação da ordem vigente em Moçambique



24. As urgências da moçambicanização não cabem no debate "refundar o Estado"



Apresentação

Estimado(a) leitor(a),

Apresentamos-lhe a sexagésima quinta edição da revista *Soletras*, a última para o ano civil de 2025. Neste número, actividade da editora luso-francesa Anne Lima, que este mês esteve em Maputo para se informar sobre o processo editorial moçambicano para identificar obras literárias moçambicanas para publicá-las na França. Este é mais um passo para a internacionalização da nossa literatura.

Falando da internacionalização da literatura, No passado mês de Outubro, a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa (Portugal), foi o centro de uma conferência designada “50 anos da literatura moçambicana: percursos e práticas criativas”. No evento, participaram escritores, poetas, professores de literatura, ensaístas e pesquisadores da CPLP e de tantas outras nacionalidades. Nesta edição, trazemos-lhe os bastidores, os cenários e a repercussão desta importante conferência, que contou com a presença de Ana Mafalda Leite e Lucílio Manjate na Comissão Organizadora.

Na segunda semana, o Camões – Centro Cultural Português em Maputo, acolheu a cerimónia de lançamento do novo livro de João Paulo Borges Coelho, “Narração nocturna”. Leia aqui uma crónica do lançamento, que se confundiu com verdadeira tertúlia, em que admiradores de João Paulo Borges Coelho responderam em massa à chamada para participar no evento.

Confira, também neste número, uma crónica do escritor Eduardo Quive, que está a fazer uma digres-

são pela Alemanha, concretamente pelas cidades de Bad Kreuznach, Bielefeld, Berlim, Colónia e Frankfurt. O autor de *Mutiladas* e *Para onde foram os vivos* tem estado a fazer leituras performativas com públicos daquele país europeu.

Albert Dalela acabou de lançar o seu segundo romance, *Escadaria de cadáveres*, um livro que tem como palco a cidade de Maputo e desce aos subterrâneos da alma humana e ascende ao topo da corrupção, numa cidade onde os mortos falam através dos vivos. Numa entrevista que concedeu à *Soletras*, o escritor abre as portas do seu universo literário e fala sobre o fascínio pelo policial, o papel político da literatura e as cicatrizes que o real deixa sobre a ficção.

Na sequência das repercussões do Seminário Internacional de Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa II, que decorreu entre os dias 9 e 11 de Setembro de 2025, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais (Brasil), publicamos aqui o artigo “Tempos, espaços, mediações: 50 Anos de Independência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP”, da autoria de Janato Janato.

Para finalizar, acompanhe, ainda neste periódico, um artigo do filósofo José P. Castiano, no qual discute a refundação do Estado *versus* defesa da democracia. Para o autor de “O INTER-MUNTHU: em busca do sujeito da reconciliação”, a sua tese é sumária: “mais do que refundar o Estado, o que nós precisamos é *defender a democracia*”. □

Dany Wambire,
Editor

SUBMISSÃO DE TEXTOS

1 DE NOV. A 10 DE DEZ. 2025



Regulamentos e inscrição em
<https://concursos.fundza.co.mz>



CONCURSO INTERNACIONAL DE POESIA E CONTOS



EDITORIAL FUNDZA - 10 ANOS

- * Tema livre
- * 1 poema/conto por autor (obrigatoriamente inédito)
- * Extensão (poesia): até 2 páginas | Extensão (contos): de 2 a 4 páginas
- * Formato: *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento 1,5, margens 2,5 cm (A4)
- * Trabalhos colectivos não serão aceites



Chandeigne & Lima investe na edição de autores moçambicanos em França

Texto: José dos Remédios

A editora luso-francesa Anne Lima esteve em Maputo para se informar sobre o processo editorial nacional. A directora da Chandeigne & Lima pretende intensificar a edição e tradução de obras literárias moçambicanas em França

Quando, aos 16 anos de idade, tornou-se o que considera boa leitora, não lhe ocorreu que, quatro décadas depois, o livro seria um pretexto para conhecer Maputo. Com efeito, eis que aos 59 anos de idade a editora luso-francesa, Anne Lima, recebe um convite do Centro Cultural Franco-Moçambicano para participar em actividades em prol da literatura moçambicana.

Na partida de Paris para a capital moçambicana, com uma escala em Lisboa, Anne Lima não se esqueceu de que a leitura é cumulativa, isto é, permite ligações entre pessoas e constitui uma ponte para uma série de coisas. Por isso mesmo, não obstante uma agenda pesada, em França, a editora percebeu que tinha de aproveitar a vinda a Moçambique para, igualmente, explorar uma série de encontros e tentar perceber a temperatura da criação literária no país. Com isso, esperava ver o que está a surgir em termos de

produção literária. Quer dizer, Anne Lima viajou a Maputo para se inteirar do ecossistema editorial e literário moçambicano com vista a editar e traduzir autores moçambicanos em França.

“Queremos muito traduzir a literatura de cá”. Para o efeito, segundo esclareceu, a estratégia passa por escolher cerca de 10 obras e traduzir um trecho (cerca de 4 ou 5 páginas) em francês e inglês. Para cada obra, um resumo com características técnicas e editoriais, uma biografia do autor e uma recolha em livro e PDF que possam ser enviados aos editores, por exemplo, nas feiras.

A tarefa em questão, de facto, não é nova para a Chandeigne & Lima. Em 2006, a instituição literária investiu na edição de *Nós matamos o cão-tinioso*, de Luís Bernardo Honwana; em 2012, publicou *O regresso do morto*, de Suleiman Cassamo, e, ainda, soma várias publicações de Mia Couto. Entre as quais, destacam-se *O tradutor de chuvas*, *A chuva pasmada* e *Mar me quer* (um dos *best seller* do catálogo da editora).

“Pretendemos continuar a levar a literatura moçambicana para França, de forma aberta, com escolhas de muito boa qualidade”, afirmou a editora da Chandeigne & Lima,

convicta de que, assim, honraria melhor a memória de um dos maiores responsáveis pela promoção da literatura moçambicana em França: Michel Laban.

Para melhor acertar nas suas escolhas, além de tentar compreender o que os leitores maputenses procuram e de visitar espaços de cultura, como a Biblioteca Nacional, Anne Lima reuniu-se com vários profissionais do sector do livro, entre eles escritores, ensaístas, professores de literatura, editores e directores de centros culturais. Por conseguinte, ao fim de dois dias, foi compondo uma imagem que não tinha de Maputo, embora estivesse prevenida sobre a arquitectura interessante e rica da Cidade das Acácias.

Apesar dos 33 anos no mercado francês, sempre leal a Chandeigne & Lima, Anne Lima considera que, tal como em Moçambique, ser editora em França (no caso do país europeu, pela competitividade) é um trabalho árduo, porque há questões muito concentradas em grandes grupos editoriais. Para resistir a diferentes pressões, a instituição literária investe consideravelmente na comunicação e na difusão do livro com estratégias bem antecipadas. Além disso, num contexto em que a cultura do livro é acentuada, Anne Lima lembra que os últimos estudos sobre a leitura revelam que o número de leitores está a baixar. Ou seja, “Moçambique quer aumentar leitores e a França luta para não os perder”.

À Cidade de Maputo, Anne Lima chegou a 1 de Novembro, bem a tempo de participar na mesa-redonda “O itinerário do livro: edição, publicação, tradução e divulgação”, na Fundação Fernando Leite Couto. A conversa que contou com a participação de Olga Pires, Lucílio Manjate e Jesse-musse Cacinda, sob a moderação de Mélio Tinga, segundo a organização, quis proporcionar um espaço de diálogo e partilha de experiências sobre a criação e circulação literária na CPLP e ao nível internacional.

De igual modo, os intervenientes exploraram diversos percursos do livro, desde a edição, concepção editorial, tradução, distribuição e promoção e divulgação. Os desafios, as oportunidades da literatura em língua portuguesa, as estratégias para dar visibilidade a autores portugueses, brasileiros e PALOP também constaram da agenda.

Na Fundação Fernando Leite Couto, Anne Lima apreciou a qualidade das intervenções dos oradores, na sua especificidade, que, salientou, foram sinceras e críticas. Simultaneamente, a editora apreciou o público muito aberto e curioso. “Ficamos ali duas horas e meia. Gostei também de sentir um estado das coisas.”

A vinda de Anne Lima esteve inserida na missão do Franco-Moçambicano enquadrada no programa FEF-Création, que visa fortalecer o sector do livro e da literatura em língua portuguesa no país. A visita deu continuidade a acções desenvolvidas pelo Franco nos últimos anos, no contexto de projectos como o FSPI-ICC (2021–2023), o progra-

ma europeu CultivArte, bem como a conferência “O livro em Moçambique: cadeia de valores”, realizada em Fevereiro, na Cidade de Maputo.

Ao fim de uma semana, Anne Lima regressou a Paris. Na bagagem, levou consigo contactos e livros para ler, que, um dia, talvez venham a ser editados em França.

UM BREVE PERFIL

Anne Lima nasceu em 1966, em Lisboa, e é formada em História e em Gestão de Comércio/Empresa, em Paris. É editora e directora das Edições Chandeigne & Lima e da livraria associada em França, que dirige desde 1992, ano da sua fundação com Michel Chandeigne.

Ao longo da carreira, Anne Lima definiu linhas editoriais, coordenou colecções e foi responsável pela concepção gráfica, fabrico e gestão de direitos comerciais. Entre 2008 e 2018, liderou a associação de editores Les Éditeurs Associés e contribuiu para a revitalização da histórica Librairie José Corti.

Reconhecida como uma verdadeira embaixadora das letras em língua portuguesa, em França, tem promovido a literatura portuguesa, brasileira e PALOP, destacando-se pelo rigor editorial e pela atenção ao objecto-livro. []





UEM e CEsa projectam literatura moçambicana no estrangeiro

Texto: José dos Remédios

No passado mês de Outubro, a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa (Portugal), foi o centro de uma conferência designada *50 anos da literatura moçambicana: percursos e práticas criativas*. No evento, participaram escritores, poetas, professores de literatura, ensaístas e pesquisadores da CPLP e de tantas outras nacionalidades. Durante dois dias, a conferência promovida pelo CEsa – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (ISEG Research/ISEG-ULisboa), em parceria e colaboração organizativa com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), teve quatro mesas-redondas temáticas, nas quais a principal matéria de reflexão foi o meio século de produção literária em Moçambique. Nesta entrevista conjunta, a Comissão Organizadora, Ana Mafalda Leite e Lucílio Manjate, partilha os bastidores, os cenários e a repercussão de um programa que, na verdade, mais do que celebrar o passado ou o presente também (re)lançou as bases para um futuro criativo auspicioso.

Como é que surge a iniciativa de realizarem a conferência?

Esta iniciativa surge como resultado de uma candidatura, em resposta a um edital da Fundação Calouste Gulbenkian, editado em 2024, que promovia apoio a iniciativas conjuntas de universidades portuguesas e africanas a acções que visassem a comemoração dos 50 anos de independência dos Países Africanos de Língua Portuguesa. Enquanto docentes

[Ana Mafalda, da Faculdade Letras da Universidade de Lisboa e investigadora do CEsa, e Lucílio Manjate, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane], contactamo-nos para a possibilidade de elaborarmos uma candidatura conjunta que celebrasse e fizesse uma reflexão sobre os 50 anos da Literatura Moçambicana. A solicitação foi aceite com agrado e apresentamos uma candidatura, que foi



Ana Mafalda e Lucílio Manjate



Mia Couto durante o discurso de abertura

seleccionada e aprovada, uns meses depois, para concretização. Posteriormente, contactamos a mesma Fundação para obtenção de espaço para a realização do evento nas suas instalações e foi-nos também concedido.

A conferência explorou aspectos relacionados à memória, ao ensino e à representação. O que pretenderam alcançar com a iniciativa?

O ponto de partida que nos ocorreu de início, para pensar a realização da Conferência teve a ver com a instituição da disciplina de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, que aconteceu na Universidade Portuguesa em 1975, nomeadamente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), no mesmo ano das independências da maioria dos países africanos de língua portuguesa. Com efeito, a primeira universidade portuguesa a introduzir a disciplina foi a de Lisboa, na Faculdade de Letras, em Outubro de 1975. Faria, em Outubro de 2025, 50 anos da implantação disciplinar na Universidade portuguesa de uma nova área literária. Quase em simultâneo, a primeira universidade africana, nos países de língua portuguesa, a promover a instituição disciplinar destes estudos foi a UEM na mesma altura [Na época, Ana Mafalda Leite era aluna da UEM]. Por este motivo, pensamos que seria muito importante eleger e dar destaque à Literatura Moçambicana e, na sequência desta ideia, iniciámos a reflexão e preparação da candidatura.

A nossa reflexão conjunta centrou-se na implantação disciplinar da Literatura Moçambicana, cujo estudo e prática criativa se alargou internacionalmente em diferentes universidades nos 50 anos decorridos, e cujo prestígio se desenvolveu com a crescente publicação de importantes obras literárias, ora premiadas – e refira-se a título exemplar os três prémios Camões que lhe foram atribuídos, nomeadamente às obras de José Craveirinha, Mia Couto e Paulina Chiziane – ora com um impacto internacional por via da tradução, em línguas como inglês, francês, árabe ou o mandarim. Tivemos em conta também que a criação e o estudo da Literatura Moçambicana se orientou para diferentes práticas investigativas ligadas à língua, oralidade, história e desenvolveu diálogos com diversas formas de produção artística como o cinema, as artes plásticas, a música, a moda e outras práticas culturais. Esta dimensão criativa e comparada no estudo da Literatura Moçambicana abriu fronteiras e espaços de diálogo, criando pontes de interlocução investigativa entre a dimensão criativa, o quadro universitário e a sociedade civil.

Na sequência dos aspectos referidos, fizemos uma proposta de realização de uma Conferência de dois dias (o valor obtido pela candidatura não nos permitiria mais do que convidar cerca de 12 pessoas, o que nos impediu de integrar mais escritores e docentes moçambicanos, assim como alargar o evento para mais dias).

Que eixos temáticos foram tomados em consideração na composição das mesas redondas da conferência?

Esta Conferência foi constituída por quatro mesas redondas temáticas, que integraram simultaneamente escritores, artistas, docentes e investigadores universitários em especial de Moçambique e de Portugal, a fim de apresentar e discutir os desenvolvimentos na prática criativa e investigativa das literaturas africanas, centralizando-se na discussão e desenvolvimento em torno da Literatura e Cultura Moçambicanas ao longo de 50 anos – enquanto exemplo singular no quadro das literaturas africanas de língua portuguesa – e suas propostas para o futuro. Integramos também alguns especialistas na Literatura Moçambicana, em parceria com universidades europeias na Comissão Científica (Bayreuth, Sorbonne Nouvelle) e brasileiras (Unicamp).

A inclusão de um número significativo de escritores, de artistas e de editores procurou evidenciar a dimensão criativa, enquanto propulsora da dimensão investigativa. A dimensão investigativa e de ensino deveria entrosar-se com a intervenção dos criadores, numa dinâmica de interlocução, bem como a integração de diferentes gerações dos intervenientes, mais velhos e mais jovens. Neste sentido, achamos que estes aspectos foram relevantes para o sucesso e originalidade do evento.

A lógica de organização das mesas redondas de duas horas, constituídas por seis intervenientes e um moderador, com participação de 20 minutos por pessoa, consistiu na intervenção de escritores, artistas, editores, professores, que contribuíram com a sua intervenção oral para a discussão de cada um dos tópicos. A moderação foi feita por docentes e investigadores orientando o desenvolvimento dos diferentes tópicos.

Os diferentes intervenientes trouxeram testemunhos e posicionamentos sobre um passado recente, nos domínios da criação, ensino, edição, tradução, e um futuro que se promete com novas propostas a partir das experiências dos mais jovens. Foi nossa intenção que a representação de escritores e artistas moçambicanos fosse uma evidência, incorporando e dando destaque aos mais premiados e reconhecidos e aos mais jovens, de modo a contrabalançar os pontos de vista sobre os 50 anos da Literatura Moçambicana.

Ao nível de resultados, como descrevem a conferência?

Resumindo, os resultados foram positivos, pois, para além de reforçar os contactos que já existiam entre as pessoas envolvidas, permitiu que as pessoas se conhecessem e falassem dos seus interesses enquanto pesquisadores das artes moçambicanas, em geral, e da literatura moçambicana, em particular. Isso poderá trazer bons resultados no futuro. Aliás, há a ideia de se produzir um livro com todas as comunicações e outros textos, de pessoas que muito gostaríamos de ter convidado, mas que, por questões de logística não foi possível.

São poucas as vezes em que os autores moçambicanos se juntam no estrangeiro para reflectirem sobre a literatura moçambicana. Que impacto a conferência pode ter em Portugal?

Deu destaque a uma literatura e aos seus intervenientes, chamou a atenção da imprensa, que participou activamente, rádio e televisão, e incentivou as instituições culturais portuguesas sobre a importância desta literatura e dos seus actores. A sala esteve sempre com um extenso público a assistir às sessões, e decorreu num espaço cultural de grande impacto em Lisboa, a Fundação Calouste Gulbenkian.

Julgamos que a Conferência tornou mais visível a literatura moçambicana, que se tem vindo a destacar no conjunto das literaturas africanas de língua portuguesa, pelo número de escritores que produz, que internacionaliza, e pela qualidade dessa produção. Repare que as mesas foram moderadas por pesquisadores vindos de outras nacionalidades, para além de Portugal. Esta pode ser a imagem do fluxo de informação que já existe entre diversos centros de pesquisa e universidades e que sai daqui reforçada para o bem da história da nossa literatura e do seu lugar no mundo.

As sessões traduziram o interesse que os portugueses têm pela literatura moçambicana ou foram uma estratégia de recuperação de um interesse a diminuir?

As sessões foram antecipadas por uma abertura, representada pelas instituições universitárias da parceria, pela presença da Embaixadora de Moçambique, e pela presença da Directora dos Serviços sobre África da Fundação. Seguiu-se um momento musical muito intenso na abertura, a actuação de Selma Uamusse com dois músicos, que abriu de forma criativa e impactante os trabalhos. A cantora e engenheira participou neste evento com a maior dedicação, de forma quase gratuita, e deu uma contribuição maravilhosa. Seguiu-se a intervenção de abertura com a fala do escritor Mia Couto. No final do segundo dia, na sessão de encerramento, tivemos a intervenção do escritor Marcelo Panguana.

A nossa intenção foi celebrar, festejar, dignificar e reflectir sobre a Literatura Moçambicana e alguns dos seus aspectos e correlações nos últimos 50 anos.

No segundo dia, houve apresentações sobre “Novas formulações poéticas, heranças partilhadas e desenvolvimento editorial”. Com base no que se discutiu, para “onde” nos levam essas novas formulações?

Para questões ligadas à internacionalização da Literatura Moçambicana, por exemplo; questões como percursos, edição, tradução, foram discutidas, apresentadas, em simultâneo à performance poética. Por exemplo, as apresentações de Mbate Pedro, Pedro Pereira Lopes incidiram especialmente sobre a edição, David Bene fez uma performance poética de excelência, Armando Artur, num texto pessoal, fez o historial da poesia dos últimos 50 anos. É difícil aqui registar o impacto que esta mesa teve entre a dimensão criativa e cénica e a reflexão apresentada.

Sentem que a conferência também aproximou autores moçambicanos aos seus (potenciais) estudiosos residentes em Portugal?

Sem dúvida. Houve um vivo interesse da assistência, muito variada na sua composição, que participou na discussão, manifestou desejo de conhecer mais, havia alguns estudantes, outros investigadores, estudiosos, escritores, curiosos, jornalistas, a sala sempre cheia. A televisão, com o programa *Mar de Letras*, instalou-se numa das salas da Fundação e promoveu várias entrevistas ao longo dos dois dias. Estiveram a assistir escritores moçambicanos que estavam de passagem por Lisboa, como Álvaro Carmo Vaz, Jorge Oliveira e Carlos Paradona.

O grande problema é os livros dificilmente chegarem aos potenciais estudiosos e aos leitores de uma forma geral. Aqui há ainda muito trabalho a fazer.

Deu para avaliarem o sentimento dos autores sobre o rumo da literatura moçambicana? Quer dizer, o que os autores e ensaístas nacionais e estrangeiros pensam do que se está a produzir actualmente?

É difícil resumir o impacto, mas o sentimento generalizado foi o sucesso das diferentes abordagens de cada uma das mesas, a participação de criadores e professores em simultâneo e das diferentes gerações. Esta interseccionalidade de composição das mesas provocou muito interesse e apetência de quem estava presente pela mostra que se apresentou. A propósito, todas as intervenções estão já disponíveis no canal do YouTube. Quando se ouvem essas intervenções, fica-se com a sensação de que, antes de viajarmos, combinamos alguns pontos críticos de discussão, mas não foi o que aconteceu, obviamente. O facto que, afinal, podemos não nos encontrarmos entre as artérias da Cidade de Maputo, por exemplo, podemos não estar juntos na Beira, em Xai-Xai ou em Quelimane para um Festival, mas partilhamos percepções, questionamentos, sonhos sobre a qualidade do que se está a produzir, do fraco apoio ao mercado editorial, das implicações da ausência de um plano nacional de leitura para o desenvolvimento espiritual, intelectual dos moçambicanos e de como isso afecta tudo o resto que se pensa quando se fala de desenvolvimento, etc.. Isso foi visível. José, não é por

acaso que, quando o Marcelo Panguana fez o discurso de encerramento, chorámos, literalmente.

Como foi a vossa colaboração na comissão organizadora da conferência?

Foi uma experiência muito gratificante, para a reflexão do formato, dos tópicos e da composição do evento. Foi fundamental esta relação de empenho e firmeza de parte a parte. Achamos que ambos nos sentimos realizados com o resultado final da Conferência. Naturalmente que, para além da nossa actuação, como organizadores, tivemos a colaboração, em Lisboa, de alguns estudantes da FLUL (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e dos colaboradores do CEa, na parte da Comunicação, Design e na realização de todas as necessárias acções relativas a alojamento, restauração e acompanhamento do evento.

O que nos falta para que tenhamos conferências desta natureza com mais regularidade?

Apoios institucionais e económicos, fundamentalmente. E vontade de estabelecer parcerias e realizá-las. *Falta-nos sensibilidade institucional para as questões do espírito. A que supostamente existe é retórica.*

Ao longo do evento, houve um momento curioso, engraçado ou especial que possam partilhar? Ou ainda, qual foi o momento mais alto do evento?

É uma resposta difícil de dar. O evento teve um momento espectacular com Selma Uamusse, em que os participantes no final da actuação dançaram... Foi lindíssimo! Mas todas as intervenções, de uma forma geral, correram com uma dinâmica e entusiasmo dos participantes e da assistência, de forma magnífica. Todas as intervenções tiveram imensa qualidade e como que se completavam nas suas diferentes vertentes. Foi muito bom! Gostamos da intervenção da Sónia Sultuane, da Sara Laisse, da Isabel de Noronha, enfim... da encenação poética do David Bene, merecedora de imenso aplauso, do discurso do Marcelo Panguana, que fez levantar a sala e, como dissemos, alguns de nós chorámos – Isto não nos sai da cabeça. Mas todas as intervenções foram realmente um sucesso, que nos perdoem não citar a todos neste espaço.





Fotografias: *Gilelio Cossa / Camões -Maputo*

Novo livro de João Paulo Borges Coelho

“Narração nocturna” transforma ‘Camões’ numa noite de tertúlias em Maputo

Texto: *Elcídio Bila*

Tal como se previa, o Camões – Centro Cultural Português em Maputo foi apertado para a cerimónia de lançamento do livro de João Paulo Borges Coelho, “Narração nocturna”, sua última proposta literária, mas a primeira que parte da Beira, Sofala, através da Fundza, uma editora que apesar de ter nascido para atender o público local “trabalha para o país, para a CPLP e para o mundo”.

Foi numa noite de quinta-feira (13), tranquila, apesar de um vento repentino a vasculhar as últimas horas do dia, mas nada que perturbe e que iniba presença retumbante naquela famosa intersecção entre a Avenida Eduardo Mondlane e a Avenida Julius Nyerere.

De acordo com o director, José Manuel Amaral Lopes, este lançamento facilitou a missão do Camões – de promover

a criação artística, neste caso literária, de língua portuguesa – e a literatura moçambicana tem furado as fronteiras, permitindo que mais pessoas conheçam a riqueza e a diversidade do país.

“João Paulo Borges Coelho é um clássico, alguém que vai ficar para sempre. É um historiador com sensibilidade e talento literário, e torna a literatura uma emanção completa de humanidade e de liberdade, que nos faz encontrarmo-nos uns com os outros”, assume Amaral Lopes, com um semblante extasiado.

Tal como o livro sugere, a noite foi de narrações. Venâncio Calisto situou-nos sobre a história, entre as páginas oito e onze, numa narração necessária, sobretudo para aqueles que ainda não tinham as duzentas e cinquenta e quatro pá-

ginas em mãos. Poucos. É verdade! Raras personalidades passaram para a sala sem o livro. E quando nos referimos a 'personalidades' não é por mera hipérbole, o evento correu entre académicos, políticos, comunicadores, juristas e activistas de mérito, para não falar de escritores – estavam em massa, como se de uma claque se tratasse.

Ali à porta, a capa preta e letras brancas chamavam atenção de todo aquele que não quis perder a tertúlia. Sim, afinal, diferentemente do que se podia ver, a capa tem um charme invulgar, classe, para bem-dizer, e deixa qualquer um de queixo-caído, ou melhor, de olhos-caídos.

Até porque ler João Paulo Borges Coelho é daqueles rituais necessários, que o diga quem já folheou "As visitas do Dr. Valdez (Prémio Craveirinha); "O Olho de Hertzog" (Prémio Leya e BCI); "Ponta Gea" (Prémio BCI) ou "Museu da Revolução". É ciente desse feitiço que cruza a ficção e a história (realidade) que os assentos da sala ficaram todos preenchidos e, outros mais, refugiaram-se nos cantos, assistindo uma cerimónia de lançamento à moda-conversa entre o autor e Eduardo Quive, um escritor-jornalista atrevido. Aliás, valeu-se desse atrevimento para segurar a audiência exigente – do início ao fim – e arrancar mais alguma de Borges Coelho, como se as duzentas e cinquenta e quatro páginas não bastassem.

Foi uma cerimónia interactiva, não apenas de perguntas-e-respostas. Foi uma sessão de reflexão, de argumentação, enfim, de pensamento-crítico. Quive, mais uma vez, provou o porquê de recorrentemente ser solicitado para tertúlias como esta. Soube, de forma ponderada mas avassaladora, permitir que o autor se esgrimisse mais do que nos tem habituado e fazer com que aquela seja a primeira leitura.

E a conversa atravessou os assentos da sala. Os mais incomodados pegaram no microfone que circulava nas mãos de Oduvalda Timana, assistente do Camões, também vestida a preto, a combinar com o enredo. Aliás, o preto da noite, da capa, foi a cor de muitos, de João Paulo Borges Coelho também, num estilo-jovem, de camiseta, a propósito, pensamos, para combinar com a juventude da noite: Dany Wambire, Venâncio Calisto e Eduardo Quive.

Para Eduardo Quive, já agora, apresentar "Narração nocturna" foi um momento de grande simbolismo por mostrar que os jovens também se preocupam com questões culturais e, acima de tudo, por desconstruir paradigmas que separam as velhas das novas gerações. "Há continuidade..., inspira-mo-nos mutuamente", acredita Quive, mencionando o autor como sua escola-literária e, por isso, estar a frente deste evento "tem um valor muito grande".

"Há um caminho que está a ser feito. A nossa literatura tem uma grande vivacidade. Todos nós estamos a fazer a história da literatura deste país e há, sobretudo, sinais de continuidade e sinais de uma grande responsabilidade", realça.



Quive identifica a humildade e a tolerância como as grandes lições da noite. “Porque esta coisa de livros, de ler – a escuta – o que aconteceu aqui [no Camões] são momentos raros”, justifica-se, acrescentando que a humildade esteve associada à tolerância, a falta de ansiedade dos presentes. Num outro momento, o jornalista pensa que, se calhar, esta postura – de todos – foi motivada pelo próprio autor, uma figura rara, para além de tranquila, “uma pessoa muito contida, o que supõe a condição de uma pessoa que fala sobre aquilo que pensou muito e que escreve sobre aquilo que levou muito tempo a matutar.”

João Paulo Borges Coelho cumpre, assim, com “Narração nocturna”, um sonho de ser publicado por uma editora beirense e chama esta oportunidade de privilégio. “Para mim é muito importante esta ideia de descentralização cultural, de se multiplicarem as editoras pelo resto do país e que surjam livrarias e bibliotecas, porque o país é muito vasto e ser alimentado a partir de Maputo é muito pouco”, considera após esgotar uma longa-fila com a sua caneta de autógrafos.

Na “Narração nocturna”, falando da obra agora, narra-se muita coisa, começa por dizer Borges Coelho, enquanto espreita a Oduvalda, à esquerda, esperando por uma fotografia com o autor para se escapular do Camões. Enquanto aguarda, o escritor adianta-se: “o livro não tem um resumo, porque não é só uma história que se transmite, é um convite à leitura – narram-se peripécias em volta de uma personagem curiosa chamada José Fernandes Júnior, o Chipaze, que quer dizer o pé grande”. Afinal, chamam-lhe o pé grande porque andou muito por aquelas zonas do Norte, de Tete, a partir de Chiúta.

O prazer da escrita, por si realizada, e o prazer da leitura, por aqueles que adquiriram a obra, são as únicas expectativas de João Paulo Borges Coelho com o livro... e mais nada. Sim, mais nada disse e nós também, satisfeitos, não perguntamos mais nada. Já era ‘todo’ da Oduvalda, para a esperada fotografia.

Foi uma noite de muitas fotografias, de facto. Aguardamos que Dany Wambire, editor da Fundza, terminasse a sua sessão fotográfica com as jornalistas Vânia Óscar e Naércia Langa para nos dar algumas palavras.

As suas primeiras palavras destacam que o conceito inicial da Fundza era a descentralização da literatura e da cultura. No primeiro momento, pelo facto de estar sediada na Beira, houve um conjunto de autores próximos que viram as suas propostas de livro atendidas. Mas, também, “não queríamos ser uma editora localizada”. Apesar de estar na Beira, “queríamos trabalhar para o país, para a CPLP, se for o caso, e para o mundo.”

“Nunca nos passou a ideia de ser uma editora da periferia”, sustenta Wambire. João Paulo Borges Coelho concorda e assume que não é da periferia, é do Centro. Voltemos ao nosso interlocutor. Wambire indica que a editora segue duas

abordagens: a revelação de novas vozes – através de diferentes programas e concursos promovidos pela Associação Kulemba – e a publicação de autores consagrados, como José Luís Peixoto e Gonçalo M. Tavares, de Portugal; para além de outras publicações, entre colectâneas e livros de autores nacionais (Juvenal Bucuane, Daniel da Costa e, agora, João Paulo Borges Coelho, só para citar alguns).

Para Wambire, lançar autores como João Paulo Borges Coelho, não deixa de ser um pretexto para expor a Fundza a novos leitores. “Estes autores encabeçam um grupo de leitores que precisa ser mobilizado para a massificação da leitura, porque”, assegura, “o nosso projecto maior é criar transformação através da literatura e se tivermos que ter o apoio dos grandes autores para essa mobilização nos damos por felizes.”

A Fundza publica a todos – desde os autores mirins, passando pelos jovens até aos mais velhos – e por serem de espaços diferentes “trazem um grupo de leitores” específico e, deste ponto de vista, “cada autor que chega traz consigo um grupo de leitores”.

Assim, desligamos o microfone e liberamos o Wambire para uma dúzia de presentes, os mais ‘teimosos’ da noite, para os últimos abraços. Os outros estavam do outro lado, no passeio, criando outras tertúlias. José dos Remédios, Álvaro Taruma e Leonel Matusse Júnior são alguns deles. Não fugimos à regra. Afinal, a “Narração nocturna” criou, depois, outras narrações que podem ser contadas noutras edições da SoLetras. []





Fotografias: *Gilelio Cossa*

“Escadaria de cadáveres”: Albert Dalela lança romance policial pela Fundza

Texto: *Yuri Lopes*

Maputo, sob as suas sombras, os seus becos e o rumor das suas noites, é o cenário que serve de palco à nova obra de Albert Dalela. *Escadaria de Cadáveres*, publicado pela Fundza, em Outubro passado, desce aos subterrâneos da alma humana e ascende ao topo da corrupção, numa cidade onde os mortos falam através dos vivos. Nesta conversa, o escritor abre as portas do seu universo literário e fala sobre o fascínio pelo policial, o papel político da literatura, e as cicatrizes que o real deixa sobre a ficção.

***Escadaria de Cadáveres* mergulha na escuridão urbana de Maputo, entre detectives, corrupção e miséria humana. Que impulso o levou a escrever esta história?**

Sempre fui fascinado pela literatura policial e pela forma com que o mundo do crime é abordado pelos mestres do género – Sir Arthur Conan Doyle, Agatha Christie, Edgar Allen Poe, Patricia Highsmith. Sou um leitor fiel de romances policiais e embebedo-me com os romances de Francisco José Viegas, Leonardo Padura ou Pepetela, e tenho lido, com admiração infindável, os romances dos mestres Lawrence Block e Donald Westlake. No entanto, para

que embarcasse nesta aventura, inspirei-me na realidade dos nossos dias, com o objectivo de desenhar um cenário sombrio que nos pudesse alertar sobre a degradação dos valores morais, numa altura em que o respeito pela vida humana parece estar em crise. Ou seja, descrevi este policial na intenção de denunciar a corrupção da alma humana, tendo em conta que problemas individuais (de carácter existencial) podem contribuir para a degradação da colectividade. Esta ambição não finda neste projecto, dado que este livro é o primeiro de um total de quatro “thrillers policíacos”, que os denomino “Quarteto Criminal de Maputo.”

O livro abre com um crime brutal, mas rapidamente torna-se um retrato psicológico de um homem em ruína. Quando começou a escrever, imaginava-o como um romance policial ou como uma reflexão sobre a decadência humana?

Sempre soube que seria um romance policial, embora não tivesse noção dos comportamentos que o protagonista adoptaria ao longo da narrativa. Para mim, a literatura serve, em última instância, para debruçar-se sobre a decadência humana nas suas variadas formas, como se ela fosse uma espécie de espelho que constantemente transmite o reflexo da nossa imperfeição. A minha escrita sempre tentou reflectir sobre a decadência humana, tal como o fizeram escritores como Dostoiévski, Kafka, Saramago, Camus, Sartre, Paul Auster, John Fante, entre outros. Independentemente do género textual, a literatura deve sempre preocupar-se em debruçar-se sobre aquilo que a sociedade finge não ver, incluindo a própria decadência humana.

3. Há uma insistência na ideia de corrupção e desumanização, tanto no Estado como no indivíduo. Acha que *Escadaria de Cadáveres* é também uma metáfora política do país?

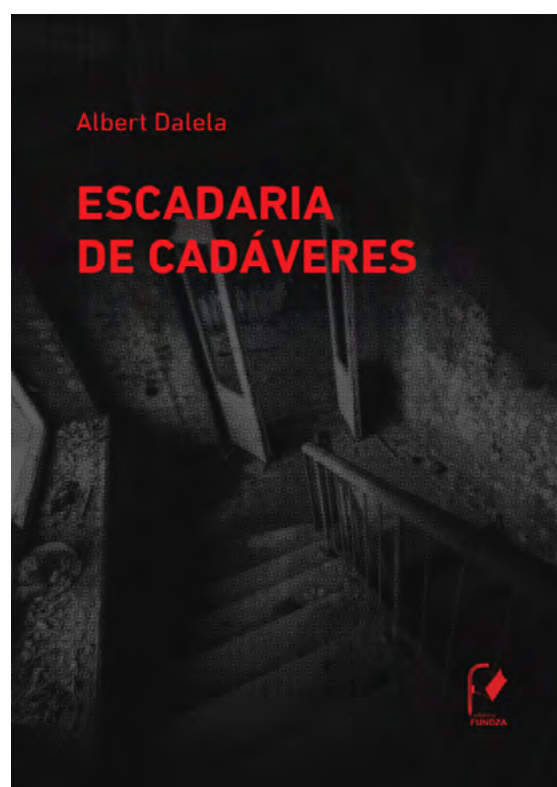
A literatura, enquanto actividade intelectual, não se dissocia do pensamento político, dado que a própria política determina o destino da sociedade em todas as vertentes. Eu diria que pensar e escrever constituem, de alguma forma, um mecanismo de mergulhar o dedo na política, dado que o Homem é por si só um “animal político”, como disse Aristóteles. O mundo todo, enquanto um Estado-maior da espécie humana, não está bem, é só ligar a TV e ver o noticiário... há guerras, genocídios, sequestros, acidentes, desastres naturais, terrorismos, racismos, autoritarismos, todo o tipo de “ismos” nocivos. Desta feita, a desumanização está em todos os lados, fora e dentro de Moçambique. Pensei nestas degradações e corrupções para esboçar esta “Escadaria.”

4. Acredita que, através da literatura, é possível despertar consciência num país onde o crime e a corrupção são parte do quotidiano?

Sim, acredito que a literatura desperta a consciência, mas à sua maneira. Diferente das outras artes populares – como a música e a dança – ela trabalha lentamente como se estivesse no silêncio, principalmente num país como Moçambique, onde os índices de leitura são tremendamente baixos e lastimáveis. Há sempre uma consciência que desperta. Nós, leitores, somos a prova viva da força que a literatura tem para transformar. O simples acto de ler literatura é por si só heróico, principalmente, nesta sociedade capturada pelas redes sociais, guerras digitais e loucuras que se fazem passar por inteligência artificial.

5. A morte das trigémeas e o caso do “palhaço assassino” coexistem na trama, mas há um fio subterrâneo que liga todos os crimes: a ideia de repetição e de vazio moral. O que simbolizam, para si, estas mortes?

Nunca pensei que os crimes (principalmente feminicídios) que assolam o país pudessem atingir os actuais estágios. Criei as trigémeas com o objectivo de robustecer o enredo que, desde o princípio, mostrava-se desafiante. Um policial de suspense obriga o escritor a procurar mecanismos capazes de transformar o próprio suspense em protagonista dentro da narrativa. Assim sendo, as trigémeas simbolizam a complexidade do enredo policial. Entretanto, têm também o ambicioso papel de prender o leitor, dei-



xá-lo sem fôlego mesmo quando estiver cansado de tentar descortinar o “puzzle.”

6. Há uma passagem marcante em que o narrador, ao ver o corpo mutilado de uma mulher, descreve o acto com frieza e ao mesmo tempo com fascínio. Como equilibrou, enquanto escritor, o horror e a estética?

Para mim, o detalhe é crucial para que haja descrição. Para que o leitor veja com a mente e sinta com o coração, é preciso que esteja fascinado, como se nalgum momento abandonasse o mundo sensível para residir num supersensível. O leitor deve sentir-se seduzido e ludibriado para que continue a ler, o policial exige isso. A descrição deve ser uma espécie de ópio para quem saboreia a literatura. O horror e a estética andam de mãos dadas, são antónimos, mas irmãos inseparáveis; é só ver, por exemplo, filmes de Hitchcock, Tarantino ou Scorsese.

7. Escadaria de Cadáveres parece desmontar a própria ideia de herói: todos são, de algum modo, culpados ou falhados. Era seu propósito escrever uma história sem inocentes?

Parto sempre do princípio que a vida real não é feita de heróis imbatíveis. Os heróis são, de alguma forma, vilões. Aprecio o heroísmo sob o ponto de vista simbólico, quando se pretende defender uma ideia, mas também sei que heróis nem sempre se saem vencedores; pensemos, por exemplo, em Gregor Samsa ou Raskolnikóv. Mas já que estamos perante um policial, pensemos, também, em Matthew Scudder, um dos detectives criados por Lawrence Sanders. Estes personagens criam-te amor e ódio, tu não sabes se vale a pena amá-los ou detestá-los. Aí está o poder da literatura: gerar sentimentos diversos e complexos.

8. O romance está repleto de referências literárias e cinematográficas, de Saramago a Hitchcock, de Joker a Agatha Christie. Que papel desempenham essas influências no modo como constrói o ritmo e a atmosfera da obra?

Sou apegado à literatura, ao cinema e à música. Estas artes influenciam o meu modo de ser e estar, moldam continuamente a forma como vejo a vida e concebo a escrita literária. A minha literatura é constantemente assombrada por figuras que admiro. As citações, desta feita, constituem uma espécie de agradecimento, em reconhecimento ao papel que a obra destes artistas desempenha sobre mim. Involuntariamente – quando me encontro a escrever – surge-me um personagem que assiste a um filme, lê um livro ou escuta uma música, (ou mesmo ideias). Às vezes, olho para os meus livros como se fossem álbuns musicais ou longas-metragens, provavelmente por ter filho do Hip Hop como ambições de, um dia, escrever para o cinema.

9. Por fim, gostaria de lhe perguntar sobre a dedicatória “Para Evergreen”. Há uma melancolia contida aí. Quem ou o que é esse “Evergreen” no contexto de um livro onde tudo parece perecível?

Esta é a mais simples pergunta de responder. “Evergreen” constitui título de uma música pertencente a uma cantora americana que responde ao nome de Yebba. Eu e a minha companheira amamos a música em alusão, cantamo-la e alegramo-nos ao escutá-la. Assim sendo, emprestei o termo para denominar a minha companheira, que também é minha assistente de comunicação e leitora número zero de todos os meus livros, incluindo os vários que ainda não foram publicados. Neste caso, mesmo quando o mundo parece ruir, há sempre “Evergreen” para um novo dia. []





Fotografias: @davidsimongross

Eduardo Quive escreve a partir da Alemanha

O mundo está a padecer de esquecimento e a literatura está para lembrar

A temperatura rondava 1 grau Celsius em Bad Kreuznach, uma cidade entre elevações montanhosas, e as pessoas, cerca de 60, jovens e adultos, alemães e moçambicanos, quase todos se tratavam pelos nomes como uma família, as crianças a correr entre corredores, mas sem roubar a tranquilidade dos grandes.

Encontravam-se todos sentados na sala de conferências da pousada da juventude, onde fomos residir por três dias, a propósito do Seminário de Outono da KKM – Koordinierungskreis Mosambik, o mais importante evento entre várias actividades da associação que se fundamenta nas relações entre Alemanha e Moçambique desde 1977.

Quando terminamos a leitura de “O cheiro das flores”, na-

quela manhã de domingo, 23 de Novembro, o silêncio tomou conta do lugar e as 60 pessoas estavam ali, com os rostos voltados para mim, para Lisa, a leitora em alemão, e para a Petra, a tradutora e intérprete. Prefiro dividir a “culpa” pelos três, o autor do livro já sofrera demais. Eu próprio tinha os olhos em busca de um sentido para tudo o que foi lido naquele texto, tendo sido usada a minha voz, essa voz que o público queria que fosse do autor do livro, mas afinal, me tornei o leitor que escuta a narração daquela história que saía da minha boca.

No instante em que se seguiu ao silêncio, uma leitora levantou-se: “eu preciso de sair, desculpem, não consigo ficar aqui”, disse enquanto os olhos esbugalhavam e deu passos mais rápidos que a tirassem dali. Os outros pediram também uma pausa. Uma pausa que também a mim foi útil para voltar



ao lugar de quem já sofreu a escrever aquela história. E perguntar-me: de onde vinha aquele silêncio?

Passaram-se os quinze minutos dados para meditar sobre os nossos mortos. Sobre a tragédia narrada. Sobre aquela guerra que custa a uma sociedade “civilizada” crer que ela aconteceu, nas proporções lidas. Que nos diz ainda o texto: *E a guerra não acabou. Os vivos ainda convalescem, numa existência inútil e degradada. São almas soterradas e agarradas a uma vida de sobras. Cães sarnentos a lamber as suas feridas.*

Na plateia, uma outra leitora perguntou:

– *Essa história é baseada em factos reais? Isso aconteceu realmente?*

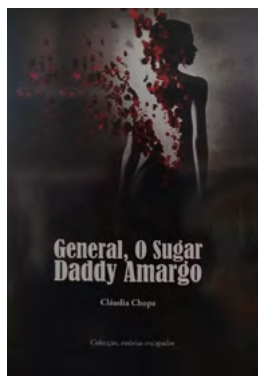
Sim, aconteceu. E é como está escrito: *não ouvi os gritos e não senti o cheiro dos mortos.* Mal menor que a pergunta foi sobre a verdade e a mentira. Se fosse sobre os porquês, sobretudo o porquê de tudo ter acontecido daquele jeito, as respostas, talvez, resolveriam a questão da razão de ser de um país. E essas respostas ainda não as temos.

Esta minha incursão por cidades alemãs: Bad Kreuznach, Bielefeld, Berlim, Colónia e Frankfurt; essas leituras que tenho estado a fazer com públicos diferentes no seminário a que me referi, no café Welthaus, na Livraria MundoLibro, na Universidade de Colónia, na livraria TFM, permitem-me compreender o quão é importante escrever e contar histórias. Estas histórias e as que estão por vir. O público fica condoído com o nível da violência dos textos, maltratados talvez pela narração pausada entre as duas línguas – eu leio em português e a Lisa em alemão – o que permite que todos compreendam as histórias; nesses intervalos entre uma língua e outra, parágrafo a parágrafo, descobri-me a precisar eu próprio de fôlego para continuar. Tinha de continuar porque a história deve ser contada. Todas as histórias deveriam ser contadas. Devemos continuar, nós, os leitores, a sermos nós mesmos a descobrir porque é que escrevem os escritores e porque é que, apesar de tudo, continuamos a ler o que eles escrevem. Dura e dolorosa, encantadora e intrigante, às vezes até decepcionante ou mesmo que nos deixe com aquele ar de “falta alguma coisa”, a história precisa de ser escrita e lida, porque o pior já aconteceu, às personagens reais que a viveram, sem que a aflição pudesse parar os acontecimentos, interrompê-los ou simplesmente erradicá-los.

Esta é a nossa sina. A nossa desonra. Reviver os passados que não deveriam ter acontecido, com os olhos de hoje, também na incapacidade de resolver os passados, mas que podemos ainda pensar o futuro. O mundo está a padecer de esquecimento e a literatura está para lembrar.

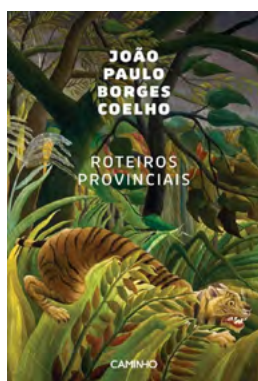
Essas são as lições que a Alemanha me traz, sobre as quais ainda veremos o que o futuro reserva, sendo certo que a literatura moçambicana pode ter o espaço que merece no palco do mundo. Na sua pluralidade e diversidade. Com as suas qualidades e precariedades. Somos de um país feito de «incongruências», disse Nelson Saúte há cerca de 30 anos. E ainda continuamos a caminhar na incerteza, certos de que esta história não deve parar. []

General, o Sugar Daddy Amargo



General Lucio Nhansengo, habituado a usar e descartar tudo e todos, distorcendo as leis da vida profissional, social e conjugal, a coberto da impunibilidade e do poder do vil metal, abusa dos sete pecados capitais católicos, sem qualquer consideração pelas suas Marias, presas voluntariamente no seu submundo de violência doméstica, da vingança e do amor incondicional, o General vive na ilusão de que domina e comanda tudo a sua volta, até perceber que o usado e descartado era ele próprio.

Roteiros Provinciais



Quatro novelas investigam diferentes distâncias e formas de memória. A primeira segue os laços que unem países e épocas ao longo de uma fronteira sempre mutável. A segunda expõe a rede de enredos ocultos nas guerras e a ambiguidade das suas motivações. A terceira observa a separação entre o mundo rural e o urbano e as incompreensões persistentes. A

quarta contempla a distância entre a terra e o céu e o vazio que nos interpela. No conjunto, interrogam o tempo, a memória e o acto de narrar humano.

Pita Kufa



O romance acompanha a morte de Maibeque, caçador de renome em Gombe-Gombe, no vale do Zambeze. A história centra-se no ritual sena do pita kufa, que purifica viúvas e separa vivos e mortos. Descrito com pormenor etnográfico, o ritual é questionado pelos seus efeitos na dignidade feminina, na saúde pública e na convivência entre tradição e modernidade. A obra propõe

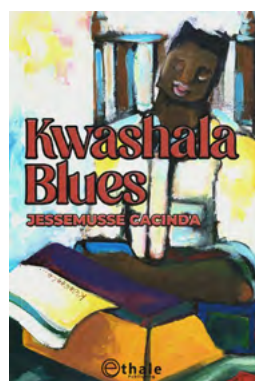
reflexão e ressignificação, preservando o sentido cultural sem práticas prejudiciais à vida e à comunidade.

Espíritos Quânticos



A antologia reúne autores africanos que exploram o Fantástico em contos de estilos diversos. Alguns criam atmosferas surpreendentes com simplicidade, enquanto outros recorrem à história e cultura dos seus países. Há espaço para magia, fantasmas, suspense e space opera. Cada narrativa revela visões singulares sobre vivências, fenómenos e expressões culturais do quotidiano africano, compondo uma colectânea rica e original.

Kwashala Blues



A narrativa acompanha um jovem que regressa a Nampula para o funeral do pai, iniciando uma viagem física, emocional e histórica que o leva pelas memórias e pelas marcas de Moçambique. Mamputo surge como contraponto vibrante, enquanto Nampula se revela nas vidas dos seus habitantes, entre Muahivire e Namicopo. O percurso evidencia como lugares, afectos

e lembranças moldam identidades, revelando feridas antigas, raízes profundas e ecos persistentes do passado vivido, sentido e herdado.

Névoa na Sala



A narrativa segue um homem que cai nas trincheiras de uma guerra no Norte e regressa assombrado por um morto. Os fantasmas perseguem-no e ele passa anos num hospital para traumas, onde se apaixona por uma poeta que carrega dor e um mistério oculto. O romance aborda guerra, amor e depressão, interrogando o poder dos mortos, das memórias e das feridas interiores, e

questiona o que pode habitar de mais profundo no coração humano e no acto de recordar o passado vivido.

Mataram o Nosso Chefe



Mataram o Nosso Chefe é uma colecção de contos inspirados em vivências, oferecendo crítica social atemporal. Ao longo dos nove contos destacam-se intolerância e conflitos de gerações, religiões, culturas e classes sociais. Ignoram-se regras de ortografia das línguas bantu, recorrendo a parábolas ou ditados. No conto título, Dimande envolve-se com a secretária Milena,

provocando a ira da esposa Ndola, que trama cabalas com amigas para reconquistar a atenção do marido e restaurar a ordem familiar.

Minha Capulana Meu Alicerce



Reúne textos de académicos moçambicanos sobre a evolução do país e do seu povo. A obra destaca a capulana como símbolo cultural e identitário, especialmente para as mulheres, revelando apropriação, pertença e força quotidiana deste pano. Os autores convidam o leitor a refletir criticamente sobre o papel da cultura na formação da identidade colectiva, reconhecendo

a capulana como veículo de honra, tradição e ligação às gerações moçambicanas.

Narração nocturna

— João Paulo Borges Coelho (Editora Fundza)



“Narração nocturna” tem como protagonista José Fernandes Júnior, um “indígena”, que recebe de um administrador a encomenda para escrever um texto sobre a história de Chiúta. Entretanto, ao mesmo tempo em que a personagem escreve para o administrador, uma filha rebelde desafia-lhe a imortalizar determinadas memórias “não oficiais”, as quais são narradas na calada da noite.



Literatura Moçambicana como instrumento de reivindicação da ordem vigente em Moçambique

Texto: Janato Janato¹

1. Contextualização

Recebi, com elevada honra e satisfação, o convite da *Comissão Organizadora do SILAS II* (Seminário Internacional de Literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa II), da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), para participar, como um dos Oradores, no Painel subordinado ao tema: *“Tempos, espaços, mediações: 50 Anos de Independência (dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP)”*, que decorreu entre os dias 9 e 11 de Setembro de 2025, na Cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, Brasil. Também participaram, no referido evento, figuras ilustres da Literatura Moçambicana, a destacar: Ungulani Ba Ka Khosa (Escritor) & Francisco Noa (Professor Universitário, Ensaísta e Crítico Literário).

2. Literatura Moçambicana: Abordagem temática e antecedentes de sua criação

Na minha intervenção, abordei sobre os *“50 Anos da Independência de Moçambique – Uma Análise à luz do Acto Colonial de 1933 e da Escrita Literária”*. Desde logo, destaquei que a história da Literatura, em Moçambique, está associada à história de luta pela emancipação intelectual e da Independência Nacional. Dito de outro modo, como afirmam DE OLIVEIRA LEAL & TAVARES (2020), a produção literária sempre foi e continua a ser uma forma de revelação, manifestação e participação activa na construção histórica do País.

Com efeito, a Literatura Moçambicana, na sua génese, serviu de base para inspirar a libertação de mentes e, por conseguinte, da Independência de Moçambique. Na época colonial, por exemplo, foram os jovens escritores

e estudiosos nativos residentes no País e no estrangeiro que, desde logo, se opuseram à dominação colonial em Moçambique.

Naquele período histórico, a Literatura foi o instrumento utilizado para estabelecer a ligação entre as diferentes tribos e etnias no combate à dominação colonial. Conforme sustentam DE OLIVEIRA LEAL & TAVARES (2020), para unir os “Moçambicanos”, era necessário que, na nossa consciência, morresse a tribo e as etnias, a fim de fazer nascer a Nação, ou seja, deveriam eliminar-se todos os traços e elementos de um individualismo ou regionalismo, para que se construísse um trabalho colectivo no qual a unidade fosse uma prioridade nacional, rumo à Independência de Moçambique.

Assim, o desenvolvimento de uma noção de “Moçambicanidade” foi trabalhada e construída pela Literatura que era produzida no País, através dos vários movimentos literários e jornalísticos. Os irmãos João & José Albasini (que marcam a Primeira Geração da Literatura Moçambicana) fundaram, primeiro, *O Africano*, em 1908, como voz oficial de um grupo que se intitulava a União Africana, e, depois, o mais influente *O Brado Africano*, fundado em 1918, como a voz do *Grémio Africano*, uma organização de jovens mestiços que exigia reformas na estrutura da República.

Na crónica de João Albasini, em *‘O Brado Africano’*, não se discutia, ainda, a temática relativa à Independência Nacional de Moçambique. As questões centrais da sua

¹Linguista, Escritor, Jornalista e Crítico Literário.

narrativa literária e jornalística estavam relacionadas à cidadania, defendendo direitos iguais entre “Moçambicanos” e Portugueses. Na visão de Albasini, a ideia de cidadania só poderia ser alcançada através da instrução, que pressupunha educar os “Moçambicanos” de igual modo que se educavam os Portugueses.

É por isso que se pode afirmar que, conforme sustenta NOA (2014), a Literatura produzida em Moçambique esteve muito interligada aos percursos históricos e vivenciais, sendo, por isso, uma característica da Arte Africana. Com efeito, uma vez que um único Autor, ou Autora, não pode representar toda a Literatura de um País, a leitura sistemática de diversos Autores Moçambicanos (e Africanos) permite uma compreensão mais ampla dos processos históricos a partir da Literatura produzida no País.

3. O Acto Colonial de 1933 e fundamentos da sua implementação

O estudo do Acto Colonial de 11 de Abril de 1933, cuja lavra, historicamente, tem sido atribuída a Quirino de Jesus e Armindo Monteiro, é fundamental, visto ser um dos diplomas legais imprescindíveis para a compreensão da História Colonial de Portugal. Este instrumento normativo colonial distinguia os Cidadãos Portugueses dos Naturais de Moçambique, os quais eram considerados ou Assimilados e Indígenas (cidadãos de segunda e terceira classes).

À luz do Acto Colonial de 1933, acha-se estatuído, no seu artigo 2.º, o seguinte postulado: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e *colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo, também, a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente*”².

Neste contexto, com a vigência desta e demais disposições normativas estabelecidas pelo Regime Colonial Português, nota-se uma enorme e nítida separação, bem como discriminação entre os indivíduos naturais de Moçambique dos cidadãos comuns do Estado Colonial Português. Consequentemente, o Regime Colonial Português instituiu, para os Indígenas, um Direito diferente do estatuído para os Portugueses, e, na sua essência, tais disposições legais tinham como fundamento “*liquidar a história e o Direito dos Povos de Moçambique*” (CHIPANGA, [sine die])³.

4. Literatura Moçambicana como propulsor da Independência Nacional

O surgimento da Literatura propriamente moçambicana, segundo MENDONÇA (2008), dá-se no fim da década de 1940. Esta Literatura, contudo, não rompe com a Literatura Portuguesa, mas com a Literatura Colonial,

produzida pelos Portugueses em solo africano. Nestes termos, “*a Literatura Nacional nasce exactamente para contradizer a Literatura Colonial, que se começa a produzir basicamente a partir dos anos ‘1930’. É também uma forma de reagir contra uma literatura panfletária de um regime*” (LEITE apud SAÚTE, 1998), que valorizava o homem branco, sua presença e suas acções no território africano.

Na década de 1940, começa a circular, na Literatura Nacional, o adjectivo “moçambicano” e a pretensão de uma ideia de Nação, notadamente, nas poesias de José Craveirinha⁴ & Noémia de Sousa⁵ (que marcam a Segunda Geração da Literatura Moçambicana). Assim, passa-se a assistir, no território nacional, a “*emergência de uma esfera literária moçambicana*” (SAÚTE, 1998). Nesta época, a Literatura produzida era, fundamentalmente, engajada quer cultural quer politicamente, ou seja, reivindicava-se “*um território cultural, que, obviamente, implicava um território político*”, considerando-se, “*claramente (...) que se tratava de um espaço subjugado, de um espaço dominado*” (NOA, 2014).

Com efeito, a Literatura Moçambicana seria “*Premonitória*”, não só dos Movimentos de Libertação, mas também das Independências. Segundo NOA (2014), havia, nos escritos dos jovens escritores moçambicanos, “*uma antecipação, quer pela sensibilidade, quer pela imaginação*”, visto que, para ele, se tratava de uma Literatura Nacionalista, que falava da dor de ser colonizado e excluído. Era, também, uma Literatura que reflectia um futuro ideal, e em parte utópico, no qual os homens e as mulheres moçambicanos coexistiriam numa sociedade mais igualitária (*idem*). É este fundamento ideológico que marca essa Literatura até ao contexto da Independência Nacional, a 25 de Junho de 1975.

Por conseguinte, no País, os Movimentos de Libertação (que se uniram e fundaram a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, a 25 de Junho de 1962) surgem a fim de se libertar da colonização para criar a Nação. Entretanto, antes disso, os *Escritores já escreviam essa Nação desejada*. Com a Independência do País, os textos literários produzidos em Moçambique passam a ter uma alta valorização da ideia de Nação, já antes proposta por José Craveirinha & Noémia de Sousa. Contudo, segundo NOA (2014), ironicamente, ao libertarem-se do Colonialismo Português, os Moçambicanos pareciam cair numa outra forma de aprisionamento, desta vez organizada e mantida por suas próprias lideranças.

5. Nuances da Literatura Moçambicana Pós-Independência Nacional

Na sequência das vicissitudes socio-históricas da Era Pós-Independência Nacional, na década de 1980, autores como Paulina Chiziane, Mia Couto & Ungulani Ba Ka Khosa

³ Vide CHIPANGA, António Salomão. [sine die]. *Lições Sumárias. Módulo II – O Direito durante o “encontro colonial”*. [sine loco], p. 24.

⁴ Vide NOA, F. (2002). José Craveirinha: para além da utopia. Via Atlântica, São Paulo, N.º 5, p. 68-77

⁵ Vide SOUSA, N. de. (1988). *Sangue Negro*. Maputo: AEMO.

(que marcam a Terceira Geração da Literatura Moçambicana) passaram a expressar, por meio da Literatura, o desencanto com o movimento revolucionário. Ao contrário da Poesia de José Craveirinha & Noémia de Sousa (1940) – em que, ao lado da crítica ao Colonialismo, emerge a Utopia – eles parecem deslocar o foco narrativo para elementos alegóricos sobre factos recentes do Moçambique contemporâneo (NOA, 2014).

Neste contexto, a Literatura destes autores problematizava, na época de sua produção, o modo como se desenrola o processo de construção da Nação, através de recursos estilísticos como metáforas, alegorias e enigmas. Portanto, como defende SAÚTE (1998), a *“Literatura Moçambicana é, em sua totalidade, reivindicadora, questionando sempre a ordem vigente em Moçambique”*.

A título exemplificativo, na obra *“A Orgia dos Loucos”*, publicada em 1990, Ungulani Ba Ka Khosa descreve a realidade de Moçambique nas décadas após a Independência Nacional. Composta por nove (09) contos, a obra ficcionaliza experiências e vivências sócio-históricas de homens e mulheres marcadas por *escassez, guerra civil, aviltamento da cultura endógena e distopia*. Trata-se, pois, de uma série de escritos aparentemente desconexos, que, todavia, revelam seu fio condutor: *“Em Moçambique, quase tudo parece estar fora do lugar”*.

Entretanto, diferentemente da história colonizadora que, em certa medida, sempre esteve acompanhada de um discurso literário higienizante e panfletário, a Literatura Moçambicana mostra as chagas abertas (vicissitudes e nuances realistas) na sua recente história (DE OLIVEIRA LEAL & TAVARES, 2020), e isso continua até aos dias de hoje, como se pode ler nos escritos de alguns autores moçambicanos da actualidade, como Lucílio Manjate, Sérgio Raimundo, Omardine Omar, Rui Lamarques, Luís Nhachote, entre outros (que marcam a Quarta Geração da Literatura Moçambicana).

Ademais, na ficção de Paulina Chiziani, Ungulani Ba Ka Khosa & Mia Couto, regra geral, é evidente a representação que se faz dos Moçambicanos para Moçambique, com alegorias, poesias e outros possíveis elementos: A narrativa é sempre a do questionamento da ordem que ainda traz raízes do violento processo colonial português⁶. Portanto, os Escritores estão profundamente ligados à história de suas sociedades, por um lado, moldando e, por outro, sendo por elas moldados, em função das suas variadas experiências político-económicas, sócio-históricas e culturais.

⁶ Vide DE OLIVEIRA LEAL, M. A & VILELA TAVARES, R. L. S (2020). *Entre Conflitos e Silenciamentos: A Literatura Moçambicana como Alternativa de Narratividade Histórica*. Disponível em: <file:///C:/Users/janato.janato/Downloads/Dialnet-EntreConflitosESilenciamentos-8119340.pdf>. Acessado a 22 de Julho de 2022.

6. Conclusão

Por conseguinte, diferentemente da história colonizadora que, em certa medida, sempre esteve acompanhada de um discurso literário higienizante e panfletário, a Literatura Moçambicana, como sublinham DE OLIVEIRA LEAL & TAVARES (2020), revelando as chagas abertas (vicissitudes e nuances realistas) na sua recente história, sempre procurou contribuir para a *construção de uma sociedade cada vez mais justa, solidária, disciplinada, com uma visão económica fundada na auto-suficiência e dependente essencialmente das próprias forças*.

Referências Bibliográficas

ACTO COLONIAL. In Diário do Governo, I Série, Número 156, de 8 de Julho de 1930. Disponível em: <https://files.dre.pt/gratuitos/1s/1930/07/15600.pdf>. Acessado a 22 de Agosto de 2025.

CHIPANGA, António Salomão. [sine die]. *Lições Sumárias. Módulo II – O Direito durante o “encontro colonial”*. [sine loco], p. 24.

DE OLIVEIRA LEAL, M. A & VILELA TAVARES, R. L. S (2020). *Entre Conflitos e Silenciamentos: A Literatura Moçambicana como Alternativa de Narratividade Histórica*. Disponível em: <file:///C:/Users/janato.janato/Downloads/Dialnet-EntreConflitosESilenciamentos-8119340.pdf>. Acessado a 22 de Julho de 2022.

MENDONÇA, F. (2008). *Literaturas Emergentes, Identidade e Cânone*. In: RIBEIRO, M. C.; MENESES, M. P. (Org.). *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Afrontamento, p. 19-33.

NOA, F. (2002). José Craveirinha: para além da utopia. *Via Atlântica*, São Paulo, N.º 5, p. 68-77.

_____. (2014). *Surget et Ambula: Literatura e (des)construção da Nação*. Estudos de Sociologia, Recife, V. 2, N. 20, p. 341-369.

SAÚTE, N. (1998). *Identidades em Literatura (Espaço público, literatura e identidade)*. In: SERRA, Carlos (Org.). *Identidade, moçambicanidade, moçambicanização*. Maputo: Livraria Universitária.

SILVA, António Duarte. (2019). *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914-1974)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, p. 101-102.

SOUSA, N. de. (1988). *Sangue Negro*. Maputo: AEMO.

Link do SILAS II: <https://www.silasminas.com.br/>. []



As urgências da moçambicanização não cabem no debate “refundar o Estado”

Texto: José P. Castiano

Temos, enquanto moçambicanos, assuntos muito urgentes que não se esgotam e nem cabem – sobretudo não são bem-vindos porque considerados “mesquinhos”, “insignificantes” e de fórum apenas “prático” – no “grande” e “profundo” debate sobre a refundação do Estado que decorre na grande e pequena tela das *nets*. E, isto, acontece depois de os órgãos *de jure* deste mesmo Estado, desde a *Comissão Nacional de Eleições* até ao *Conselho Constitucional*, nunca terem conduzido com a devida lisura legal todas as eleições organizadas em Moçambique. A justificação quase invariável é “...com irregularidades que não afectaram estrutural e substancialmente os resultados finais” – somos ditos.

Thomas Mann, numa palestra intitulada *Guerra e Democracia*, proferida em Los Angeles, terá dito o seguinte: “Deixai que vos diga toda a verdade: se alguma vez o fascismo chegar à América, fá-lo-á em nome da Liberdade”⁸. Pelo menos já escutei, pela boca da dirigente do partido da extrema direita alemã, *Aliança para Alemanha* (AfD), Alice Weidel, por duas vezes, esta afirmação durante a campanha do seu partido para o *Bundestag*.

O mesmo poderá acontecer de novo entre nós: Se alguma vez o quase eterno retorno dos ciclos da violência teve uma justificação, era mesmo essa: estamos a lutar para acabar com a violência. O Estado, por sua vez e por pos-

suir o monopólio da violência, poderá ripostar que aplica a violência à altura e medida da “vandalização”, ou mesmo da “tentativa do Golpe de Estado”⁹. Por isso, este assunto sobre como refundar o Estado num contexto da ainda bem-viva violência pós-eleitoral (física e psicológica) é bem mais profundo, aliciante, todavia prenhe em algumas falácias conceptuais que nos podem levar ao “eterno retorno” da mesma violência que queremos afastar para sempre através deste “novo” Estado a ser criado.

Pois a ideia mãe subjacente aos argumentos que vou arrolar é: enquanto ainda houver assuntos sérios que nos levaram à tamanha violência entre nós, qualquer discussão sobre “novos fundamentos” para um novo Estado será um linguarejo dos intelectuais para o povo que tem outras preocupações de tal sorte “urgentes” que não cabem neste debate. São assuntos ligados à extremas desigualdades socioeconómicas entre os moçambicanos que nos fazem acumular, dia-após-dia, a sensação de que somente com outra violência física que acabaremos a violência das diferenças sociais e económicas que fustigam o dia-a-dia cru das ruas e televisões.

Todavia, comecemos do início: o que querem dizer

⁹No auge das manifestações, circulava nos *medeas* virtuais que “vamos nadar na piscina” do palácio presidencial da Ponta Vermelha”; o ministro da Defesa veio ao público dizendo que ninguém acorda de qualquer maneira somente para ir nadar no palácio. O dever do Exército será, neste caso, intervir para defender a soberania e a *Constituição*. Naturalmente que o Presidente da República é o símbolo da soberania da República, soberania esta que “reside no povo”, segundo a nossa *Constituição*.

⁷Os *Caminhos da nossa Moçambicanização* é uma série de textos que escrevi e que farão parte do livro, em prêlo, sob o título provisório *Moçambique e: A Vontade de (Re)Existir*.

⁸Conf. Riemen, Rob (2026): *O Regresso da Princesa Europa*. Editora Bizâncio, Lisboa. p.40.

com o “refundar” do Estado moçambicano”? Um dos *posts* na *facebook* do jornalista moçambicano¹⁰ Vieira Mário leva o título *Urgente refundar o Estado moçambicano*: “Ele, o Estado, não se sustenta” – justifica, logo a seguir o autor. Dias antes, o mesmo autor teria proferido, numa palestra, as seguintes palavras “não temos grande Estado (em Moçambique); temos restos de um Estado”.

Todavia, antes desta conclusão, segundo a qual Moçambique não tem Estado, senão seus próprios “restos”, o nosso jornalista-mor teria alertado que, qualquer partido que viesse a vencer as eleições gerais e presidenciais, a sua primeira actividade “nacional” deveria fazer, devia ser a organização de uma reunião nacional para debater-se a “questão” Estado moçambicano. No fim de contas, tratava-se, para Vieira Mário, de “reconstituir” as instituições desse novo Estado a ser refundado. Esta representa uma posição que chamo por *institucionalista* no debate sobre a “refundação” do Estado; e que é, nos últimos tempos, apoiada por outras vozes intelectuais no debate público: “não precisamos de homens fortes, precisamos de instituições fortes” – é a tese por trás dos defensores do refundacionismo do Estado.

Ora, seria necessário interrogar esta ideia de “construir instituições mais fortes que os indivíduos” por uma série de intelectuais que chamarei por “institucionalistas” a partir da nossa cultura política na qual o líder é uma figura importante por incarnar o *hossi*. Adoptando a perspectiva da filosofia política, como sabemos, deveríamos interrogarmo-nos se o tão desejado Estado com novas instituições seria um instrumento capaz para a realização de uma utopia. Pelos vistos, esta nova utopia seria o rumo por trás da refundação. Então é justo perguntar para que utopia deverá servir a refundação? – eis a pergunta-de-base pertinente, todavia imprópria para a fase da moçambicanização pós-violência armada. Pois, seguindo e parafraseando de novo Thomas Mann: na nossa busca colectiva por um Estado reconciliatório (capaz de dirimir os conflitos na origem da a violência extrema que Moçambique conheceu nos cinquenta anos da sua existência) se não tivermos um farol para além do simples acabar com a violência (reconciliação) através de meros acordos de Paz, retornaremos a um ciclo e a uma espiral de violência cada vez mais ascendente, desta vez provocada e praticada pelas próprias instituições do Estado que deviam velar pelo cidadão. Quebrar a violência psíquica e social do dia-a-dia requer olhar para as fontes reais deste abjecto fenómeno que planta mortes no nosso seio e na nossa história comum.

No texto anterior – *Caminhos (II)* – Machel já nos explicara que a luta armada foi feita com o intuito de libertar o homem e a terra; todavia faltara responder à pergunta “como?”, de forma “total” e “completa”, se “acaba com todas as guerras” em Moçambique. Porque, mal acabou uma, começou a outra. Esta já entre nós mesmos, apesar de se

atribuir uma certa base de mão externa. O mesmo Samora, também explicara, durante a sua primeira “campanha” de mobilização popular do Rovuma ao Maputo, que projectava “fundar” um novo Estado. Portanto, o exercício de refundar um novo Estado já foi feito. Mas este foi a 50 anos atrás.

Nos anos 90 foi feito o segundo exercício da mesma natureza. Este resultou numa refundação de uma *outra* República em Moçambique que deixou de ser “popular” para “democrática”. Se o Estado de 75 visava marcar a autodeterminação, autonomia e independência de Portugal, já o da 2ª República introduziria modificações profundas em torno da *res publica*. Hoje, todavia, a questão por trás da dita refundação do Estado é, do meu ponto de vista, totalmente outra; e isto devido, principalmente, à experiência da violência vivenciada em Moçambique pelo facto de não termos podido, segundo a promessa, de “acabar com todo o tipo de guerras”. Pois, tanto o primeiro Estado independente que Machel pretendia fundar, o da 2ª República quanto o actual debate sobre “refundar o Estado”, estávamos e estamos confrontados com a violência colonial quanto pela violência externa e interna. Ambos saídos respectivamente dos Acordos de Lusaca (1974) para acabar com a guerra de libertação e de Roma (1992) para acabar com a guerrilha interna.

Assim, não se trata hoje, de novo, de perguntar ao povo se devemos retornar às armas ou não para lutar contra um inimigo que no tempo colonial foi bem identificado: o sistema colonial português. No segundo caso, não se tratou de uma simples “reforma”, se não mesmo de uma viragem e refundação de um outro Estado moçambicano. Desta feita, uma “viragem” a partir dos seus princípios e estruturas fundacionais para que nunca e jamais se retornasse às armas através da criação de instituições democráticas (Comissão Nacional de Eleições, Parlamento, Governo, Judiciário, etc. Se assim fosse, mesmo que todo o “povo” dissesse “entregue-nos as armas que nós vamos combater os novos inimigos de Moçambique” e se, ao mesmo tempo, aparecesse um único homem que estivesse contra todos, sozinho, contra esta entrega de armas, eu apoiaria (no sentido de servir de suporte) a este único e “último” homem que optasse pela não-violência. Sem, no entanto, significar isso, um pacifismo. Seríamos dois nesta posição. E estou convicto que ainda não exploramos na totalidade as imensas possibilidades de aberturas democráticas surgidas pela carta constitucional ora em vigor. Os alicerces do que se quer estão lá. Da próxima vez que o fascismo regressar vai dizer: *Ich bin ein Demokrat!* (do alem.: Eu sou democrata) A violência entre nós também poderá regressar dizendo “Eu sou a tal instituição forte que vai impor a ordem e segurança públicas” (em forma de polícia, exército, secreta, vigilância e soldados virtuais, cancelamentos, estados de excepção, etc. Ou, ainda, poderemos ouvir ainda das telas televisivas em grande ecrã: “Eu encarno a Paz que voz falta!”; e, no dia seguinte, estaremos a chorar pelas liberdades, porque a paz vem re-

¹⁰Consultada a 31 de Dezembro de 2024.

vestida das palavras “garantia de ordem e segurança”.

Pelo contrário, trata-se, agora, de nos perguntarmos, como moçambicanos, “como vamos continuar a viver juntos?”, sem que isso signifique voltar a pegar em armas e destruir a nossa jovem democracia. Hoje, mais do que re-fundar, trata-se sim de *defender* a Democracia.

Alguns de nós pegaram em armas para libertar a todo Moçambique de forma “total e completo”: a intenção nunca foi para reusá-las, mesmo tendo uma AKM “guardada” – e que nos é constantemente recordada – por via da nossa Bandeira. Aliás, parece que Moçambique ainda é o único país no Mundo no qual uma arma consta da Bandeira Nacional (a nossa congênera Angola tem uma catana). Teríamos que enchermo-nos de mesma ousadia dos que lá a inscreveram para a tirarmos!

Trata-se sim, desta vez, de nos perguntarmos: como continuaremos juntos, enquanto moçambicanos, sem empunharmos armas, nem nas mãos nem nas nossas mentes? Com a assinatura do *Acordo Geral de Paz* em Roma e de outros que se lhe seguiram, tratava-se do desarmamento das mãos. Hoje precisamos de um Estado que seja capaz de desarmar as nossas mentes. Seria muito irracional, da nossa parte hoje, se nos limitássemos à questão desarmar as mãos. Não teríamos, enquanto um povo, aprendido o suficiente da nossa própria história recente: não se constrói a unidade nacional de armas empunhadas! As armas foram, uma vez na nossa historicidade colectiva, a solução única encontrada pela geração da utopia revolucionária, para chegar à Independência de Portugal. Hoje, elas nos dividem e viramos os canos para nós mesmos. Vejam-se somente a violência pós-eleitoral. Foi triste, mesmo até macabro, assistir pela televisão a um tanque de guerra a atropelar em plena avenida central da urbe.

Nesta fase pós-violência armada, há compatriotas que entendem, e aqui estamos de acordo, que o Estado é o único e o principal árbitro dos nossos conflitos. E que, portanto, o próprio Estado a ser “refundado”, deveria ser construído tendo a Paz e Reconciliação como utopia realizável num horizonte próximo. De entre os quais eu faço parte. Todavia, como escrevi várias vezes, vejo a reconciliação como um interlúdio necessário para, com sobriedade, discutirmos as liberdades e a justiça social (cfr. *Manifesto para a Terceira Via*).

Neste debate em torno do desarme das mentes e da construção de um novo Estado, vão surgindo e diferenciando-se duas posições entre intelectuais moçambicanos que discutem na praça pública (carecendo ainda de uma reflexão escrita profunda, diga-se!). Uma parte destes acha que o Estado moçambicano precisaria apenas de uma reabilitação, uma reparação ou, quanto muito, uma reforma em alguns parágrafos da *carta magna*, estando as partes que tratam das eleições e dos “excessivos” poderes do Presidente da República no centro do furação.

Outros, por seu lado e de forma convicta, defendem a

mencionada “refundação” do mesmo. Todavia, convém recordar que Joaquim Chissano foi, de facto, quem liderou a (re)fundação do Estado da primeira república, a primeira e a mais profunda reforma até então: saímos do Estado “popular” para “democrático”. Foi a segunda vez que o Estado era “escangalhado” depois de Samora Machel o ter feito. Ao “escangalhar” o Estado de orientação socialista através de uma reforma constitucional, Chissano introduziu os pilares da separação de poderes, das eleições livres e periódicas e da liberdade de expressão por via de uma vibrante diversificação de meios de informação e comunicação. O Estado tornou-se também de natureza laica.

Todavia, é notável hoje que, neste debate sobre o qual nos viemos referindo, ambas as linhas diferenciadas, se tocam num argumento-de-base considerado, em sua maioria, como sendo o fundamental: já “não queremos um Estado de homens fortes, senão de instituições fortes”. Na surdina parece estarem a dizer que com Machel e Guebuza já tivemos a experiência suficiente com “homens fortes”. Todavia se esquecem que a praça era quase consensual em ter considerado o reinado de Chissano como o de “deixa-andar” para se referir negativamente à sua paciência demorada na tomada de decisões. Ele parece não ter urgências na vida. Todavia demonstrou ser o mais ousado na refundação do Estado por via de uma Constituição totalmente diferente à anterior.

Por trás deste argumento está a ideia, talvez ingênua, todavia algo utópica, de que os homens (e mulheres) fortes que apareceram – ou que ainda possam aparecer – se virão *enfraquecidos* pela actuação das instituições “fortes” que os rodearão. Estas instituições *por-vir*, por serem mais “fortes”, imaginam os institucionalistas, não irão deixar que a nossa frágil democracia degenerem em um autoritarismo centrado na figura do Presidente da República, particularmente se suportado por membros do Governo que ele mesmo tem o poder de nomear; não esquecendo que, na sua qualidade cumulativa como Presidente do Partido no poder, indica também os membros influentes.

A crença por trás é que as instituições, sendo “fortes”, não deixarão passar ilegalidades nem ilegitimidades, como foi o saco das assim chamadas dívidas ocultas que degeneraram em dívida soberana às quais todos os moçambicanos estão a pagar. Refiro-me aqui ao facto de não terem passado por uma aprovação parlamentar.

Assim, neste debate, nota-se que, quando se argumenta em torno de “homem forte”, pessoaliza-se em torno da figura do Presidente da República. Prova isso o facto de se focarem nos poderes a ele constitucionalmente consignados. Então, a conclusão óbvia, à qual somos induzidos, é que deve retirar-se-lhe muitos dos poderes constitucionais que possui e dos quais se serve para influenciar a vida pública e institucional de todos: nomear reitores das universidades, juízes, comandantes da polícia, o Procurador da República e uma lista de outras individualidades. Por outras

palavras, devemos depender pouco de um Presidente para prosseguirmos com o nosso cotidiano nas instituições universitárias, judiciais, policiais e ministeriais.

Ainda segundo os institucionalistas “fortes”, o Presidente deveria deixar de ter a função governativa por ela deixar a figura do Primeiro-Ministro semelhante à de um “trabalhador doméstico” que serve apenas para arrumar a casa.

Nos últimos momentos, ouvimos do Venâncio Mondlane, fundador do mais recente partido da nossa democracia, o Anamola, a seguinte (“nova”) ideia: já não devemos falar na “reforma” do Estado e nem sobre a sua refundação. Os seus conselheiros têm-lo iam dito que deveria concentrar-se no subsistema da justiça – por ser o “ pilar do Estado ” – a estar na mira de uma profunda reforma. Basta que a justiça funcione “bem” – continua ele na sua argumentação – para que o resto dos subsistemas do mesmo Estado entrem na linha. Segundo este argumento, a justiça deve funcionar com independência do poder político, com ênfase alicerçada na sua autonomia económica: “o Juiz não deve andar a mendigar ao Governo” para o seu funcionamento pleno. O resto de instituições, espera-se, haverão de reajustar-se, no sentido de alinhar-se com a (e segundo os critérios da) justiça. Aqui é importante recordar que um dos esforços do anterior Presidente, Jacinto Nyusi, foi apetrechar cada distrito do país com um Palácio da Justiça. E julgo que foi acompanhado por uma formação acelerada de pessoal para servir (a justiça) nesses “palácios”.

Em um dos departamentos do sistema de justiça situa-se a polícia judiciária e criminal que se empenha em manter a “ordem” e “segurança” públicas e a perseguir àqueles que, por via de práticas criminosas, infringem as leis. A polícia é uma peça fundamental em um Estado de Direito porque, juntamente com as forças armadas, detém o “monopólio da violência”; tal monopólio foi projectado no âmbito do Estado moderno ocidental. Mas mesmo em estados ou reinados tradicionais africanos, não existem relatos que apontam soberanos que tenham dispensado do aparato da violência, quer ele próprio estando à frente do exército, quer sob forma de uma rede sofisticada de informantes secretos organizados pela própria corte.

Porquê a polícia deve estar no cerne da questão, quer se trate dos que defendem “reforma” quer os que advogam a “refundação” do Estado? Esta, a polícia, foi, sem dúvidas, a que esteve e está na mira dos moçambicanos no seu debate público por, primeiro não ter distinguido, de eleições em eleições, entre opositores e criminosos, entre manifestações por vandalismos e, conseqüentemente, os manifestantes foram classificados por “vândalos”; e, em segundo lugar, é justo dizer que, em muitas ocasiões, foi ela própria, no calor dos confrontos, a empurrar para que manifestações degenerassem em vandalizações, tendo até sido filmadas ocasiões em que os próprios carros de blindados ou de patrulhamento participavam no saqueio, ou também

na protecção, diga-se em justiça, de produtos alimentares, de televisores plasmas e outros; isto é, criminalizando depois os manifestantes ao atirar sobre eles o ônus do vandalismo. A polícia foi “organizada” de tal forma não somente para “furar” as manifestações por todo o lado e maneiras, como também existiam evidências nas redes sociais da sua interferência nas eleições, mais exactamente no controlo das urnas e seu “enchimento”. Porém, a componente da polícia criminal foi das mais preocupantes porque acusada de “desaparecimento” de pessoas ou mesmo da sua eliminação, sendo o advogado Elvino Dias o seu ponto máximo. Infelizmente, na nossa sociedade, casos não terminados em julgado, são dados como “crimes políticos”. É este vazio de resolução destes casos que provoca uma espécie de “terror” no ar. Porque com ele, perdura no mesmo ar o potencial da violência voltar para as ruas.

Sob o ponto de vista da cultura política moçambicana, e de uma certa linha africana de pensamento político na qual Thabo Mbeki se inscreve, insiste-se mais numa liderança ou líder forte, do que propriamente em mudar a natureza das instituições. O professor e jurista queniano Patrick Lomumba insiste em alertar aos africanos para não se eleger “hienas” e depois admirarmo-nos quando as “ovelhas” começam a desaparecer dos nossos quintais e currais...

Penso que esta questão se precisamos de líderes “fracos” com instituições fortes que o podem enfraquecer, incluindo o debate em torno do “refundar” o Estado, está preñhe de distrações estratégicas do ovo e da galinha neste momento “quente” e violento da moçambicanização; ou, no mínimo, não leva ao o que há de urgente a fazermos para alcançar uma certa paz social. Assemelha-se a algo como discutir o primado do ovo ou da galinha antes da preparação de um almoço para “deliberar” sobre se o caril para acompanhar a xima será o primeiro ou a segunda – e isto enquanto a fome espera. Mas a fome nunca espera até um dia. Ela é impaciente. Ou ainda o infame debate entre filósofos que se teriam juntado à luta armada sobre “para que serve a lenha?” e “temos que definir lenha primeiro” antes de obedecer à ordem do comandante para ir ao mato cortá-la a fim de se confecionar a comida.

Assim, sob esta perspectiva de uma cultura política de lideranças fortes que deve ser contraposta por instituições fortes, contraponho uma outra questão principal a colocar tanto aos institucionalistas como aos que suportam a ideia de líderes iluminados e esclarecidos: sob que problemas fundamentais se iriam erguer as ditas novas instituições que devem ser “fortes” em relação aos homens? Ou por outra, sob que problemas se deve erguer um líder forte? Terá este líder um discurso coerente, estatisticamente informado e estrategicamente bem desenhado para um futuro próximo de esperança?

Se adoptarmos esta visão problematizadora (sob que problemas as novas instituições estatais ou os líderes as escolher devem erguer-se para a moçambicanização na

sua plenitude?) como a primordial então teremos uma lista de “urgências” que não couberam nem nas urnas¹¹, nem as prioridades nacionais são expressas nos diversos programas eleitorais e nem no “diálogo nacional inclusivo” ora em curso.

O que se segue, não se trata de uma simples “lista de compras” – presumo que disto serei acusado. Trata-se sim de uma lista de urgências para a moçambicanização da nossa economia marcada por expressas e profundas desigualdades.

A primeira¹² urgência é o acesso de todos à água para a higiene e potável para o consumo. Todos sabemos que “sem água não há vida” que mereça ser adjectivada ser *humana*. Irão as instituições fortes garantir que o Governo invista mais na oferta séria da água para todos ao invés de investir em *oil & gas*? duvido! O Estado de Israel, por exemplo (e apesar de não ser um bom exemplo político nestes dias), para se tornar “forte”, começou por investir massivamente na dessalinização e tratamento da água, concentrando-se particularmente em actividades de investigação e tecnologias no tratamento e distribuição da água; e isto sobretudo para a saúde humana e emular a agricultura. Neste caso, não precisamos de um instituto “forte” para distribuir água, senão de líderes fortes ao nível local a quem se lhes exija metas claras na abertura e manutenção de furos de água e sua redistribuição. Devia ser o critério número um na avaliação do que se chama por boa governação.

A segunda urgência é a *fome* como problema e a produção alimentar para a “soberania alimentar” de cada família e do país, como solução última. Nós somos um país de produção agrícola e de criação de animais de pequena espécie com base familiar. Pelo menos no que diz respeito à alimentação no prato diário em cada casa. Muito actualmente, o Brasil de Lula da Silva entendeu isso e executou um extenso programa *Bolsa Família* e *Fome Zero* nos quais a mulher foi considerada o principal pilar: o que chega às mãos de uma mulher multiplica-se pelos filhos, particularmente através da sua escolarização formal e educação para valores. Estes programas foram acompanhados por um forte programa de cadastro de famílias para evitar grandes perdas e garantir o controlo do dinheiro distribuído e o seu bom uso. Nos nossos programas, já mesmo desde a Independência, a agricultura é definida como “base para o desenvolvimento nacional”. Até agora, sempre tivemos escrito e inscritos no orçamento programas fortes de apoio à agricultura familiar. No entanto a própria instituição “agricultura” nunca se tornou “forte”; a política prática habitual é a de procurar fundos do *Banco Mundial* e outras instituições

¹¹Uma frase que anotei em Cruz das Almas, Salvador da Bahia, numa parede perto da Universidade: “as nossas urgências não cabem nas urnas”.

¹²É claro que não ficou esquecida a “urgência” e o primado da construção da Estrada Nacional número um do capítulo anterior. Tratamo-la como uma espécie de um preambulo para a efectivação dos problemas a seguir.

internacionais que estão convencidas da industrialização da economia e da mecanização da agricultura, enfim, no *agrobusiness*; consequência disso, treinam uma espécie de gestores de empresas agrícolas e formam-se poucos agricultores de “machambas”; e se existem, o acesso à terra é garantido aos agricultores dos fim-de-semanas e pouco aos que vivem dela. A estratégia de formação de extensionistas agrícolas, ou seja, o homem-de-contacto entre as tecnologias modernas e a agricultura de subsistência, embora seja correcta, a meu ver, deveria ser muito mais ligada aos critérios de produtividade e de sua mercantilização (estradas para escoamento).

O acesso à *fontes de energia* (diversificada, de preferência; e, isto, já é uma questão política) constitui uma terceira urgência. Não é necessário dizer que os moçambicanos precisam diariamente de energia para confeccionarem os seus alimentos, para fazerem funcionar os seus negócios, para que as crianças possam prolongar o seu tempo de estudo, para os hospitais e outras instituições funcionarem etc., etc., etc. Também sem energia não há vida. Não tem sentido que Moçambique tenha Gás e Petróleo que não chegue às famílias. Que tenha uma barragem grande como Cabora Bassa cujos fios transportadores de electricidade são vistos, na sua caminhada longa para os países vizinhos, a passar por cima de inúmeras aldeias sem iluminação. Qualquer líder deveria ser condenado à uma ética da demissão se não conseguir mostrar “força” neste aspecto.

A quarta urgência diz respeito à *formação do homem moçambicano* para a “cultura tecnológica” de inovação. No meu livro *O Inter-Munthu* (Fundza 2024) chamei a isso *tecnocultura* aliada à *teconatura*. Se tivermos que construir instituições fortes, como rezam os institucionalistas, então deveríamos aqui falar em um investimento para escolas tecnologicamente fortes; o que significaria investimentos massivos nas escolas agrícolas no campo para que o homem moçambicano cultive (e seja premiada) a inovação tecnológica adequada com o seu ambiente natural imediato; exemplo: ensinar agricultura num ambiente de mineração). Países como os Estados Unidos investiram muito na inovação (no registo de propriedade intelectual através de bolsas para inovadores e inventores que levassem ao patenteamento, incluindo alojar este sistema, nos primórdios da sua existência, como país independente de Londres, na Presidência do país. Não foi por acaso que Thomas Jefferson, George Washington e James Madison foram ambos dos maiores observadores e promotores das ciências modernas, para além do constitucionalismo) nos EUA, incluindo os que estavam ligados à promoção de tecnologias agrícolas. A Tailândia decidiu fundar uma universidade em torno da cadeia alimentar da hoje conhecida cadeia culinária *thai food*, desde a (agri)cultura do arroz, *design* do empacotamento e o *marketing* turístico, até à investigação e manipulação de sabores e saberes sobre a nutrição. Na

verdade, a culinária *thai* tornou-se, graças ao investimento sério ao nível universitário, mais num símbolo da cultura do que somente da alimentação e culinária. Isto é, uma marca internacional para uma cadeia turística.

A urgência número cinco é a *reconciliação nacional* que nos leve à uma paz duradoura entre os moçambicanos. O diálogo nacional “inclusivo” pretende ser a plataforma inicial no caminho para tal destino. Todavia, a reconciliação deve desaguar em “desarmar as mentes” que é a nossa batalha após a assinatura de vários acordos de paz e de abraços (cínicos) que a eles se seguiram. Temos uma paz relativa porque ainda com mentes armadas. Não irei desenvolver muito neste momento este assunto por ele merecer um tratamento próprio em dos capítulos próximos. Basta apenas dizer, para adiantar, que precisamos de uma formação humanística *ubuntu* muito forte, sobretudo entre aqueles que, no dia-a-dia, são a testa-de-ferro do Estado em todas as comunidades: o professor, o médico e o polícia. Estes devem beneficiar de uma boa formação e de melhoria substancial das suas condições de trabalho.

Acrescente-se aqui uma sexta urgência que afecta a governação moçambicana, sobretudo no seu papel preventivo da planificação do futuro próximo. É o *crescimento exponencial da população*; e, o daí resultante estado psicológico de prontidão para a violência derivado do “empurra e empurra” para ganhar um espaço nas instituições de serviços, emprego e outros. Escuso aqui entrar em números ou dados estatísticos complicados porque basta consultar em muitas publicações sobre isso. Temos milhões de crianças a entrar anualmente para as poucas escolas. Temos uma massa crescente da população juvenil com necessidades crescentes de emprego e habitação. Uma boa parte da violência social contida resulta da demasiada pressão que esta população crescente exerce sobre a pouca disponibilidade de instituições onde a juventude beneficie de formação, de um abrigo condigno para pernoitar e de bolsas para encaixar os mais pobres e desfavorecidos.

Qualquer hierarquização das urgências que aqui apontei – e sobre isto vale a pena entrarmos num acordo antes de pensarmos em “instituições fortes” em contraposição com “líderes fracos” – o que quero dizer e defender é que o sentido de “forte” que os institucionalistas defendem, deverá ser ou tomar o rumo de “investimentos fortes”. Este tipo de urgências necessita de um Governo político-tecnocrático; ou seja, onde os tecnocratas do Governo entendem de políticas sectoriais (e não formado por políticos que pouco entendem das questões técnicas por trás das urgências aqui apontadas). Não estou a falar dos “intelectuais”: deixemos estes nas universidades, em instituições de investigação e

no espaço público a exercerem o seu papel “crítico” que é muito importante para o *feedback* sobre políticas malfeitas e contrafeitas. É uma classe que “incomoda” e esta é a sua função numa Nação que quer prosperidade.

Apesar de tudo isto – diria o filósofo – o acumular de problemas seria cego, sem que estes estejam alinhados por uma utopia estratégica. Não será que precisamos também de reconfigurar a utopia-de-base que não conseguiu (re)estruturar-se em termos de Estado? Refiro-me à utopia socialismo (“o socialismo triunfará” – ainda se entoa no Hino da Frelimo). O perigo de cairmos em retro-utopias (saudades do colonialismo, saudades do tempo da revolução!) é muito elevado. A violência dos últimos tempos não nos deixa manter uma cabeça fria para pensar com calma. E, como disse Jorge Ferrão uma vez, a história é um prato que se serve frio, não quente.

Talvez a posição mais sábia é aquela que os sul-africanos articularam como *changing the wheels whilst the car is moving* (mudar as rodas enquanto o carro está em movimento). Ou seja, para o nosso caso, repensar a nova utopia enquanto nos reprogramamos para atender às urgências para a nossa moçambicanização apontadas. E isto aponta para o conceito “utopias realizáveis” (Vasconcelos) retomado remotamente de Paul Ricoeur: *A utopia ... não pode ser uma fuga total da realidade, mas tampouco pode ser uma lista fechada e detalhada de intenções, à maneira de um programa político*. Uma utopia não deve ser totalmente “escapista” em relação à realidade à qual pretende contrapor-se¹³. Todavia, o assunto utopia e a conseqüente reconfiguração do Estado será abordado em próximos capítulos.

Conclusão: Para mim, mais do que refundar o Estado, o que nós precisamos é *defender a democracia*. Nos moldes em que as instituições democráticas actuais surgiram em Moçambique, i.e. em contraposição à longa experiência negativa de um Estado ideológico e “popular”, foi uma positividade que resultou de uma negatividade. Todavia para que o Estado independente pudesse ser vitoriosamente proclamado, respondeu-se e muito bem à questão prévia à construção daquele Estado: “quem é o nosso inimigo?” e à questão subjacente “como age o inimigo?” Será que a nossa moçambicanização e democratização efectivas tem um novo inimigo? e, se sim, como age ele? Veremos nos próximos capítulos.

¹³Vasconcelos, Álvaro (2021?): *Utopias para europeus*. In: Vasconcelos, A. (ed.): *Utopias europeias: O poder da imaginação e os imperativos do futuro*. Serralves, Porto, Portugal. (p.23)

SUBMISSÃO DE ENSAIOS

15 DE NOV. A 15 DE DEZ. 2025



Regulamento e inscrição em
<https://concursos.fundza.co.mz>



CONCURSO DE ENSAIO LITERÁRIO



EDITORIAL FUNDZA - 10 ANOS

Solicite a lista das obras seleccionadas para a produção do ensaio, pelo e-mail
editorial.fundza@gmail.com, até ao dia 15 de Novembro

1 ensaio por autor (obrigatoriamente inédito)

Trabalhos colectivos não serão aceites